



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

FERROVIÁRIOS, MARÍTIMOS E PORTUÁRIOS: TRABALHADORES NEGROS NA ORIGEM DA
POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

Gracyelle Costa (a) - a

a

RESUMO EXPANDIDO

FERROVIÁRIOS, MARÍTIMOS E PORTUÁRIOS: trabalhadores negros na origem da política social brasileira

Palavras-chave: política social; trabalhadores negros; previdência social; raça; gênero.

RAILROAD, MARITIME AND PORT WORKERS: black workers at the origin of Brazilian social policy

Keywords: social policies; black workers; social security; race; gender.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões inspiradas em tese de doutorado em andamento. Seu intuito é oferecer ao Serviço Social e áreas afins uma proposta interpretativa sobre a origem da política social no Brasil, a partir de seus fundamentos étnico-raciais e de gênero. Seus resultados parciais apresentam a participação de trabalhadores negros nos segmentos primeiro assegurados pela previdência social no início do século XX.

2. A ORIGEM DA POLÍTICA SOCIAL SEGUNDO O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O debate sobre política social, em âmbito público e/ou privado, ganhou considerável relevo no Serviço Social brasileiro nos últimos quarenta anos e a produção teórica na área ganhou robustez ao discutir o tema sob uma perspectiva teórico-metodológica assentada em Karl Marx e na tradição marxista. Desde então, análises da política social têm sido magistralmente elaboradas no âmbito profissional. A política social como resultado consenso e conquista entre capital e trabalho; mas também como momento de disputa pelo fundo público – importante no processo de rotação do capital; dentre outras. As explicações sobre sua origem histórica têm tomado como ponto de partida as experiências da Europa Ocidental e então, posteriormente, observa-se *tal* experiência em território brasileiro.

Em comum às análises sobre a gênese da política social no Brasil está a indicação da Lei Eloy Chaves como marco significativo para a constituição da previdência social como primeira política social destinada aos trabalhadores (FALEIROS, 2000; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; SILVA, 2012). Esta lei, em realidade, Decreto legislativo de nº 4.682, de 24 de janeiro 1923 estabeleceu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) aos ferroviários do país; anos depois, em 1926 novo Decreto de nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926, estendeu este benefício a portuários e marítimos.

Comumente estes segmentos, ferroviários, marítimos e portuários são considerados como primeiros favorecidos desta nascente política posto seu papel estratégico numa economia agroexportadora, àquela altura ainda sobrevivendo dos últimos vultos do café.

3. FERROVIÁRIOS, MARÍTIMOS E PORTUÁRIOS: trabalhadores negros na origem da política social brasileira

Tais considerações tem adotado, contudo, a concepção da origem da política social sob um ponto de vista “neutro” às relações de raça/etnia e gênero. Embora não o façam em termos de classe. Uma neutralidade apenas aparente, tendo em vista que, também com frequência imigrantes europeus sejam acionados como elementos cruciais nas conquistas por direitos no país.

O modo de produzir e reproduzir a vida sustentado na lógica capitalista, nasce da violenta colonização escravista produzida pela Europa às demais regiões do globo. Processo que se afirmou a partir da produção de hierarquias entre os povos, seja por meio das religiões, seja, pela razão científica. Em nome de Deus ou dos deuses da ciência populações inteiras foram dizimadas em ações genocidas, de caráter físico e simbolicamente, ainda que sob intensa resistência. Ainda assim suas cosmogonias, epistemes que orientavam suas relações foram violentamente descredenciadas, em francas tentativas de homogeneização das relações de produção e reprodução norteadas por concepções eurocentradas. É possível afirmar que o modo de vida capitalista é um modo de vida racializado e generificado em escala global, que produz expressões particulares nas distintas regiões do mundo.

Após mais de 350 anos de escravização dos povos originários, africanos e negros brasileiros a universalização do assalariamento e da liberdade para compra e venda da força de trabalho sob condições de igualdade jurídica entre os sujeitos impuseram outras condições à dinâmica das relações sociais, que não necessariamente apagaram as anteriores. Isso implica que, estudar as origens da política social no Brasil, exige identificar, não permanências ou marcas de atraso, ou *ausências* em relação à Europa, mas sim capturar a forma da dinâmica social aqui estabelecida. Constituída por classes sociais jurídica, econômica e politicamente específicas; por determinantes étnico-raciais; e, por expectativas de gênero; estes e outros elementos balizam não apenas comportamentos individuais e coletivos, mas estabelecem os mecanismos para extração de valor e mais-valor em cada território. Isto é, as contradições de gênero e raça/etnia têm sido fundantes no modo de ser do capital no Brasil e das instituições que dele (e nele) se criam, em especial, o Estado. Isso implica o necessário esforço de interpretação das origens da política social no Brasil levando em consideração estes processos que gestados na vida social, modulam a própria política social.

A experiência paulista quanto à produção fabril-industrial, imigrantes estrangeiros trabalhadores, tem sido invocada como *universal* à realidade brasileira. Esta massificação tem ocultado outras experiências no fazer-se classe num país de dimensões territoriais continentais. O que se quer dizer com isso é que o preterimento da força de trabalho não foi o único destino da população negra que em termos políticos ocupou papel importante nos processos de pressão e conquista de direitos, como políticas sociais. Experiências como as do Rio de Janeiro, cidades do interior da Bahia, Minas Gerais e outras, demonstram a forte presença de trabalhadores negros nestas atividades desde antes da Abolição (1888). Em lugar de uma *substituição* de mão de obra estes sujeitos construíram formas de resistência coletiva para a manutenção de seus postos de trabalho no contexto de *liberdade*. Suas intervenções enquanto trabalhadores produziram conquistas relevantes, ainda que sob o preço de importantes concessões – numa dinâmica própria da lógica do capital.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho levanta a hipótese de que a Lei Eloy, em 1923 e seu aditamento em 1926, ao conferir a ferroviários, marítimos e portuários o acesso à proteção social, via CAPS revelará que na raiz da política social brasileira, pessoas negras, especialmente homens, estarão entre grande parte dos segurados – em alguns casos, maioria. Um processo que não se deu sem tensões produzir ou refletir tensões étnico-raciais tal qual se colocavam naquele período. Por outro lado, a previdência social brasileira, política vinculada ao trabalho, nasce voltada ao atendimento de homens, vistos como potenciais chefes de família (MALLOY, 1986), que performam modos de masculinidades específicos e tem na própria política social este reforço.

Para comprovação destas hipóteses tem sido analisados arquivos de imagem, registros em jornais da época e outros documentos primários que auxiliem na identificação do perfil étnico-racial destes sujeitos. Este processo é ao mesmo tempo acompanhado do levantamento de dados secundários oriundos de produção bibliográfica no campo da História Social e História Econômica que problematizam e evidenciam a participação da população negra entre estes segmentos tem sido realizada com sucesso. Até agora, o resultado desta pesquisa demonstra que em lugar de serem experiências isoladas, a presença de sujeitos negros nestas atividades pode ter adquirido amplitude no período estudado na tese – entre 1850 a 1940.

Assim como sua dinâmica organizativa e de combate aos ditames de empregadores e conflitos entre os próprios trabalhadores na diáspora podem ter adquirido proporções mais complexas do que até então tem sido abordado.

Este trabalho é apenas um dos muitos esforços que se apresentam como urgentes, não apenas ao Serviço Social, mas à produção de conhecimento no Brasil e em todos os países com histórico colonial escravista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-84.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social: (des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

MALLOY, James M. A política da Previdência Social no Brasil. Tradução Maria José L. Alves; revisão técnica Hésio Cordeiro. Biblioteca de Saúde e Sociedade v. 13. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.